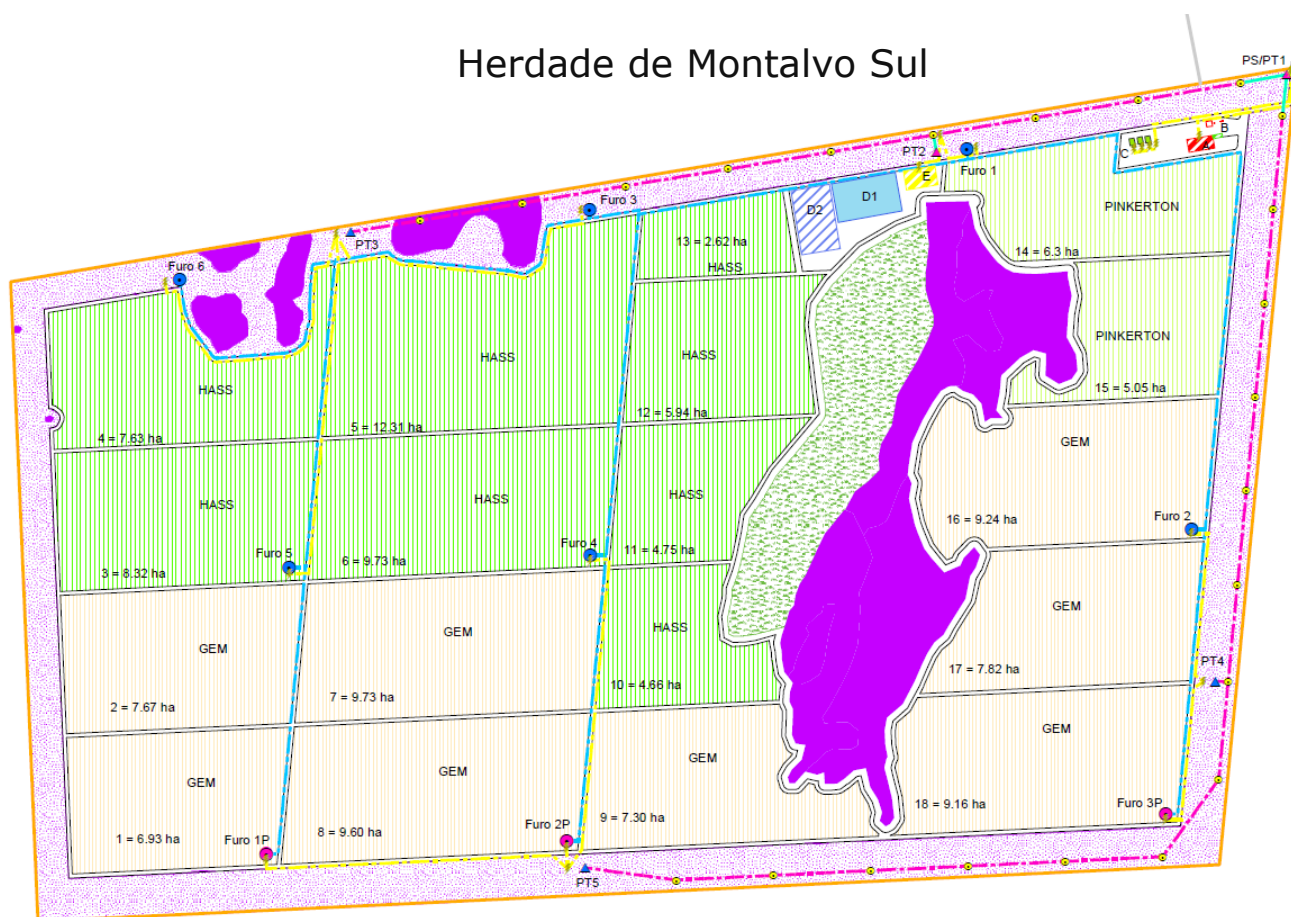




PROJETO AGROFLORESTAL LOMBARD SPIES MONTALVO "LSM"

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Herdade de Montalvo Sul



Volume 1 – Resumo Não Técnico

julho 2018





PROJETO AGROFLORESTAL LOMBARD SPIES MONTALVO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

VOLUME 1 – RESUMO NÃO TÉCNICO

Nota de Apresentação

A Rios e Aquíferos, Lda., apresenta o **Resumo Não Técnico** relativo ao **Estudo de Impacte Ambiental** (EIA) do **Projeto Agroflorestal Lombard Spies Montalvo**, em fase de Projeto de Execução, localizado no distrito de Setúbal, concelho de Alcácer do Sal, na extinta freguesia de Santa Maria do Castelo, atual União das Freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana, mais precisamente na propriedade da Herdade de Montalvo Sul.

O presente EIA foi elaborado conforme a legislação atualmente em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro que altera o Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março e pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, que estabelece o novo Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA).

O EIA é composto pelas seguintes peças:

- **Volume 1 – Resumo Não Técnico;**
- Volume 1/3 – Relatório Síntese;
- Volume 2/3 – Peças Desenhadas;
- Volume 3/3 - Anexos Técnicos.

Lisboa, julho 2018

Rios e Aquíferos, Lda.

Eng.ª Ricardina Fialho

(Coordenação)



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO	5
3. LOCALIZAÇÃO DO PROJETO	7
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PROJETO	9
5. DESCRIÇÃO DO AMBIENTE AFETADO PELO PROJETO E AVALIAÇÃO DE IMPACTES	16
6. PRINCIPAIS MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E/OU DE VALORIZAÇÃO	23
7. SÍNTESE CONCLUSIVA	26



1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o **Resumo Não Técnico (RNT)** do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) relativo ao Projeto Agroflorestal Lombard Spies Montalvo denomina-se de “**Projeto Agroflorestal LSM**”, localizado na extinta freguesia de Santa Maria do Castelo, atual União das Freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana, mais precisamente na propriedade da **Herdade de Montalvo Sul**.

O Projeto Agroflorestal LSM assim designado adiante, está em fase de **Projeto de Execução** tem uma área total de terreno de 209 ha e, contempla uma ocupação efetiva de pomares de 75,4 ha.

O EIA, elaborado pela empresa Rios&Aquíferos, Lda, entre agosto de 2017 e julho de 2018, foi desenvolvido com o objetivo de responder aos requisitos estabelecidos no recente Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro que altera o Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, o qual foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março e pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, e que estabelece o regime de avaliação e estudo de impacte ambiental (RJAIA), dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente.

A tipologia do Projeto Agroflorestal LSM, é enquadrável no artigo 1º, n.º3, alínea b) e subalíneas i) e/ou ii) do Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro. A área do projeto excede os limiares fixados no Anexo II do referido Decreto-Lei, no seu ponto 1 – Agricultura, silvicultura e aquicultura, da Alínea d) – “... **desflorestação destinada à conversão para outro tipo de utilização das terras**”, pelo que o mesmo está sujeito ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

O **proponente** do Projeto Agroflorestal LSM é **Gabotsi Avocado Portugal, Lda** que integra a empresa Lombard Spies (LS), que é uma empresa sul-africana de cultivo de abacate fundada em 1991 (Spies) e 2006 (Lombard). Em Portugal, a estrutura é constituídas por três empresas: **Gabotsi Avocado, Espanca do Sul e Kenbrook Portugal**.

A **entidade licenciadora** do Projeto Agroflorestal LSM é a **Câmara Municipal de Alcácer do Sal**, sendo que a **autoridade do processo de AIA** é, neste caso, a **CCDR-Alentejo**. Pelo que, torna-se relevante que a autoridade de AIA se pronuncie sobre a viabilidade ambiental do projeto.

Para uma análise mais detalhada dos aspetos relativos ao Projeto Agroflorestal LSM deverá ser consultado o Relatório Síntese do EIA, que estará disponível durante o período de consulta pública na Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), em <http://www.participa.pt/>, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo), site www.ccdra.gov.pt e na Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

2. OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

Os principais aspetos que conduziram ao Projeto Agroflorestal LSM estão centrados na oportunidade de Lombard Spies produzir frutas subtropicais com destino ao mercado de exportação em contra safra com os produtores mundiais.

A estratégia do novo projeto em Portugal é estabelecer uma produção de abacate no Hemisfério Norte, para complementar as áreas de produção na África do Sul, e permitir uma oferta de abacate durante doze meses disponível para supermercados internacionais.

A LS atualmente exporta abacates da África do Sul para países na União Europeia, E.U.A, Médio Oriente e Ásia, sendo a LS atualmente um fornecedor *premium* de abacates em supermercados europeus como Carrefour na França, Lidl na Alemanha, Albert Hein na Holanda, Coop na Suíça e Tesco e Waitrose no Reino Unido, entre outros.

Assim, tendo em consideração que o consumo de abacates na China e nos E.U.A está atualmente a aumentar, estima-se que os frutos produzidos em Portugal serão exportados para estes países, assim como para outros que se revelem favoráveis à comercialização.

As exigências do mercado internacional e do tipo de pomares em análise determinam a necessidade de projetar um pomar desde a aquisição do terreno. Desta forma foi necessário identificar um terreno que agrupasse as seguintes características:

- Condições edafo-climáticas ótimas;
- Disponibilidade hídrica, água de rega com valores de nitrato abaixo de 50 mg/L NO₃, que no essencial em Portugal corresponde a áreas fora de zonas vulneráveis a nitratos de origem agrícola, facto que, em articulação com as disponibilidades de água exclui grande parte do País;
- Zona com massas de água em bom estado quantitativo e qualitativo, com biodiversidade conservada e povoada por atividades económicas que respeitam essa biodiversidade, no essencial explorações agrícolas responsáveis;
- Dimensão necessária para instalação superior a 100 ha de pomar;
- Bons acessos.

Com estas características identificou-se a Herdade de Montalvo Sul no concelho de Alcácer do Sal, destacando-se:

- A existência de uma zona classificada da Rede Natura 2000, nomeadamente Sítio de Interesse Comunitário SIC - Comporta Galé;
- O projeto frutícola foi desenvolvido para obter a certificação em GlobalG.A.P e Tesco Nurture pelo que os processos tecnológicos inerentes ao projeto frutícola nomeadamente, correção do solo, fertilização, rega, monitorização da exploração e recolha de resíduos, em tudo se adaptam ao respeito pelo ambiente.



O êxito do Projeto Agroflorestal LSM passa também pela sua adaptação aos valores naturais em presença na zona, valorizando-os no contexto do projeto, onde o presente projeto apresenta uma imagem e um enquadramento coerente com os valores ecológicos onde se integra (Sítio de Importância Comunitária Comporta-Galé).

O projeto constitui um investimento relevante para o promotor e revela-se igualmente importante para a população da zona, surgindo como um foco de interesse para outras atividades económicas existentes ou a potenciar na envolvente, quer na fase de exploração quer na fase da construção, durante a qual oferecerá oportunidade para a mão de obra local.

3. LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

O local de implementação do Projeto Agroflorestal LSM pertence ao distrito de Setúbal, insere-se na região do Alentejo (NUT II) e sub-região do Alentejo Litoral (NUT III), concelho de Alcácer do Sal, na extinta freguesia de Santa Maria do Castelo, atual União das Freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana, aproximadamente a 21 km da Comporta e a 16 km de Alcácer do Sal.

O concelho de Alcácer do Sal limita a Norte com os concelhos de Setúbal, Palmela, Vendas Novas e Montemor-o-Novo, a Este, com os concelhos de Viana do Alentejo, Alvito e Ferreira do Alentejo e a Sul e Oeste, com Grândola. O Projeto Agroflorestal LSM está totalmente abrangido pela folha 476 da carta militar de Portugal.

A propriedade de implantação do projeto denomina-se, como referido anteriormente, por Herdade de Montalvo Sul e tem uma área de 209 ha, de acordo com a caderneta predial, contemplando o projeto uma área com ocupação efetiva de pomares de 75,4 ha de pomares.

O acesso à área de projeto é efetuado a partir da estrada nacional N.º 253, que se localiza a cerca de 4,3 km a norte da propriedade e que liga a localidade da Comporta a Alcácer do Sal. A área em questão é ainda servida no seu interior por caminhos de terra batida.

O Projeto Agroflorestal LSM localiza-se em área classificada no âmbito da Diretiva Habitats nomeadamente, Sítio de Importância Comunitária Comporta-Galé (SIC-Comporta Galé), pelo que é aplicável o regime jurídico da Rede Natura 2000.

O empreendimento não afeta nem se aproxima de qualquer área sensível associada a bens imóveis classificados ou em vias de classificação arqueológica ou patrimonial.

Verifica-se que, o Plano Diretor Municipal (PDM) é o principal instrumento de planeamento e gestão do território com carácter regulamentar, de âmbito municipal, na área em estudo.

O Projeto Agroflorestal LSM em termos de classificação do ordenamento, insere-se conforme Planta de Ordenamento, na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, designadamente na subcategoria de “Espaços Florestais de Produção”.

Na Figura 3.1, apresenta-se o enquadramento geográfico da área de implantação do Projeto Agroflorestal LSM.

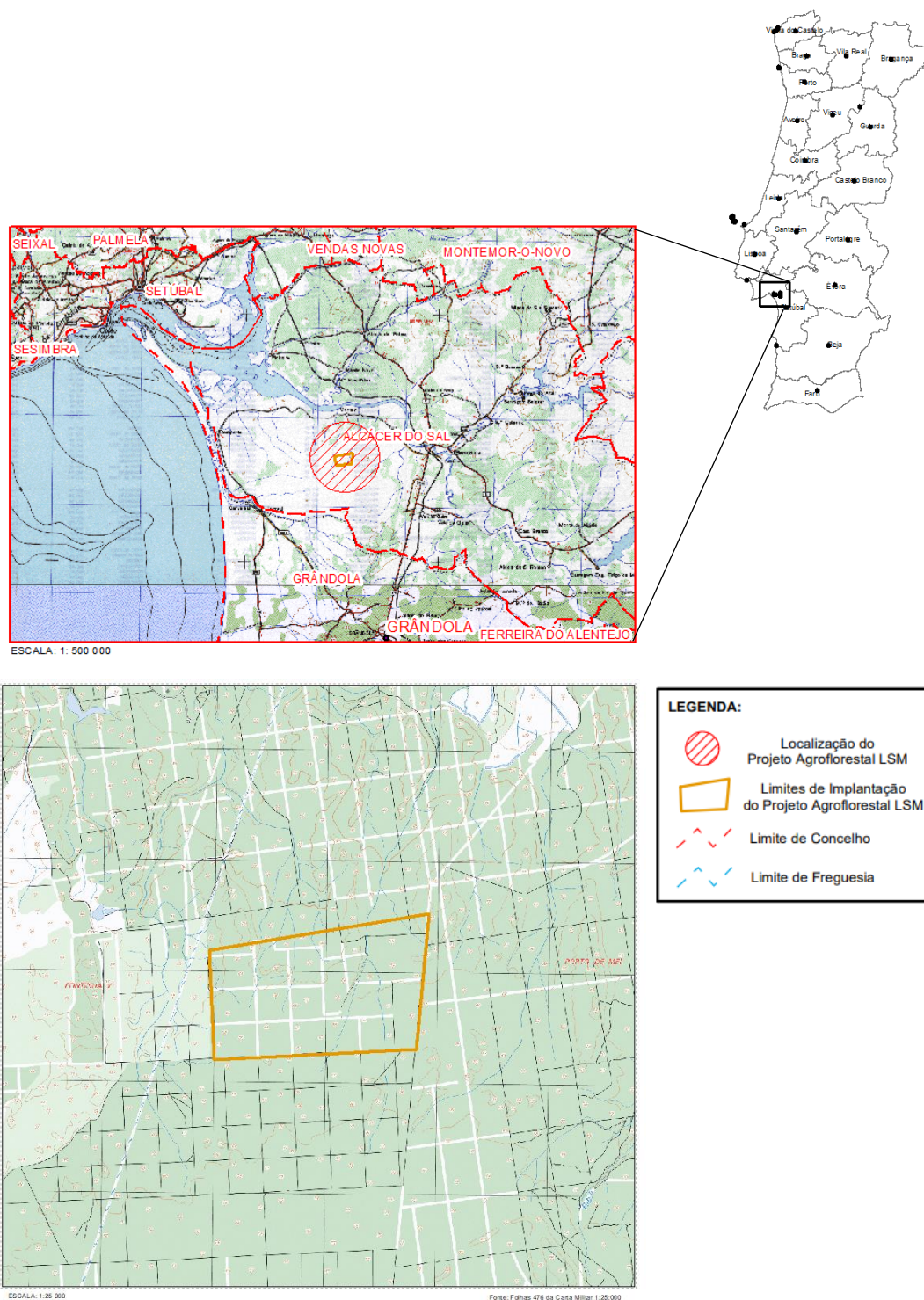


Figura 3.1 – Localização do Projeto Agroflorestal LSM

4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PROJETO

O Projeto Agroflorestal LSM assenta na produção frutícola de variedades subtropicais, com produção em contra safra com os produtores mundiais visando a exportação para países do Hemisfério Norte, nomeadamente o Reino Unido, vários países da União Europeia e, também para os Estados Unidos da América. Envolve um volume de investimento de 6 milhões de euros, com criação de emprego permanente a 20 pessoas e durante a época das colheitas este valor ascenderá a 60 pessoas. A propriedade de implantação do projeto tem uma área de 209 ha e, contempla uma intervenção em 145,94 ha, com uma ocupação efetiva de 75,4 ha de pomares. O projeto encontra-se em fase de Projeto de Execução.

O Projeto Agroflorestal LSM encontra-se em fase de Projeto de Execução, sendo que a intensão de implantação iniciou-se em agosto de 2017 e prevê-se estar em pleno em janeiro de 2020. O início da construção/implantação está prevista para 2019 ou final de 2018, depende da data de emissão da Declaração de Impacte Ambiental (DIA). Resumidamente podem ser apontados os seguintes aspetos:

- A rega dos setores dos pomares de subtropicais será pelo sistema gota-a-gota com origem de água em 6 captações de água subterrânea mais 3 possíveis captações, do tipo furo vertical e armazenamento a efetuar em dois reservatórios.
- Em termos de energia elétrica prevê-se a instalação de uma linha aérea de média tensão com cerca de 3500 m de extensão. O projeto elétrico de baixa tensão desenvolve-se a partir de cinco postos de transformação e uma rede subterrânea.
- As infraestruturas de apoio à exploração serão constituídas por um armazém, três casas pré-fabricadas de apoio agrícola e uma casa de rega.
- A recolha de resíduos será efetuada com separação e armazenamento em big bags, com recolha assegurada por parte de empresa subcontratada. Relativamente aos agroquímicos serão utilizados os sacos caução de 50 L, 115 L ou 600 L, o vasilhame é triplamente lavado no pulverizador e colocado nestes sacos caução com armazenagem temporária no armazém.

O Projeto Agroflorestal LSM não apresenta alternativas de localização, o desenho final dos pomares foi ajustado às condicionantes existentes, tendo-se alcançado uma solução que otimiza a relação entre os valores ambientais existentes e se ajusta a essas condicionantes, pelo que uma eventual apresentação de diferentes soluções na implantação dos pomares não representaria uma mais valia relevante, nem uma alteração do tipo ou significado dos impactes ambientais identificados no EIA desenvolvido.

Na área da propriedade, onde se pretende implantar os pomares, o pinheiro bravo constitui a espécie mais frequente, verificando-se também a presença de um número significativo de pinheiro manso. Assim, previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatagem e integração dos cepos no solo. Para a plantação está tomando como ano zero o ano de 2020, e prevê-se que a primeira produção será realizada em 2025.

A plantação dos pomares de abacate ocorrerá por setores no total de 18, com uma área efetiva total de 75,4 ha e 59 434 árvores de três espécies diferentes de abacates com os seguintes compassos de plantação:

Setores 1, 2, 7, 8, 9, 16, 17, 18 - Espécie 1 – Gem - distância entre linhas de plantação será de 6 m e na linha, de 3,5 em 3,5 m será plantado um abacateiro. Correspondendo a uma área efetiva total de 39,8 ha e um número total de 32 039 abacateiros.

Setores 14 e 15 - Espécie 2 – Pinkerton - distância entre linhas de plantação será de 7 m e, na linha, de 3,5 em 3,5 m será plantado um abacateiro. Correspondendo a uma área efetiva total de 6,0 ha e um número total de 4 619 abacateiros.

Setores 3 a 6 e 10 a 13 - Espécie 3 – Hass - distância entre linhas de plantação será de 7 m e, na linha, de 3,5 em 3,5 m será plantado um abacateiro. Correspondendo a uma área total de 29,6 ha e um número total de 22 776 abacateiros.



Figura 4.1 – Gem



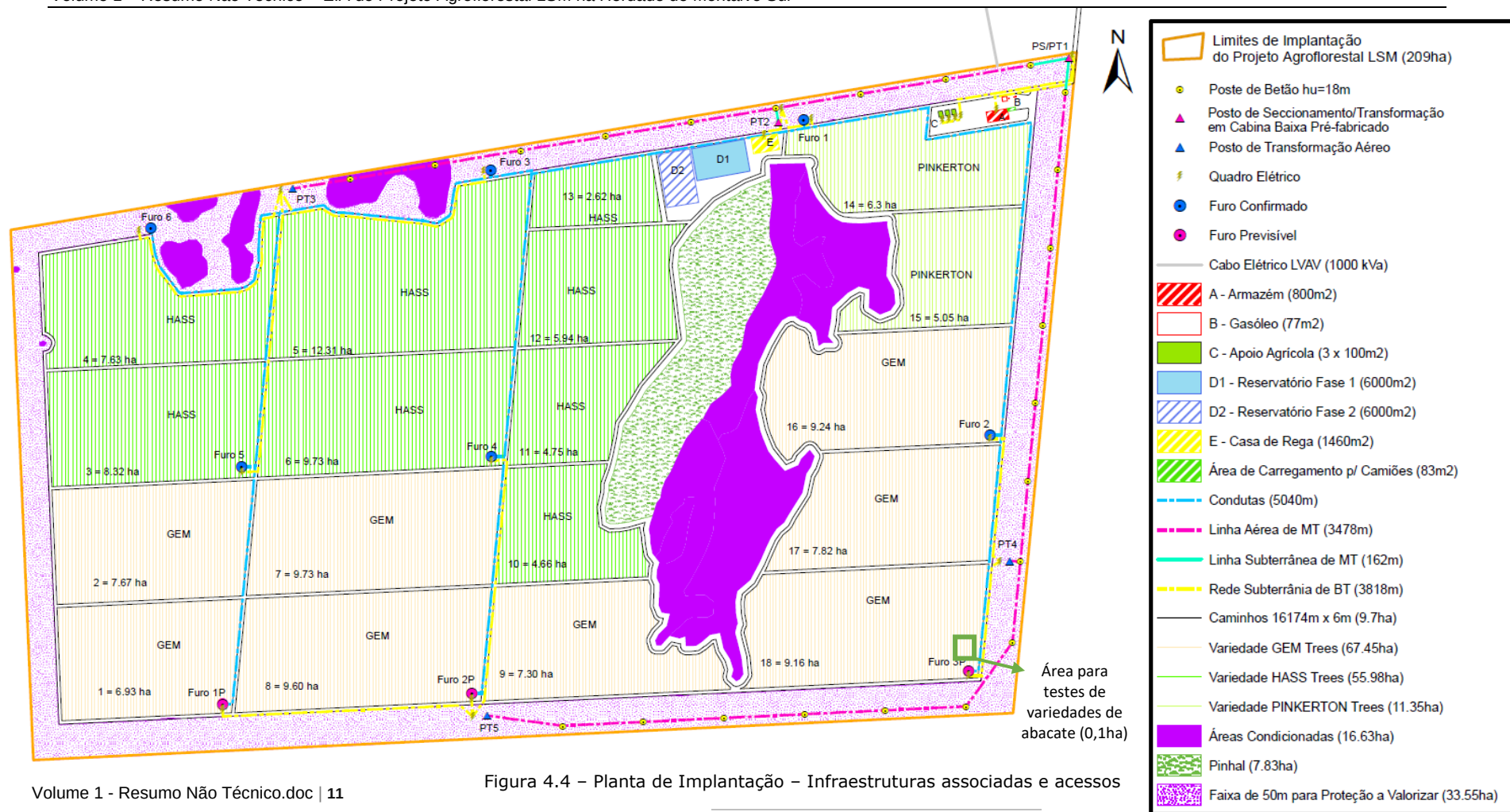
Figura 4.2 – Hass



Figura 4.3 – Pinkerton

Se durante a exploração se considerar vantajoso, será utilizado 0,1 ha do setor 18 para testes de variedades de abacate. Desta forma, será previamente verificada a sua autorização junto da autoridade competente para o efeito, nomeadamente a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV).

Na Figura 4.4, apresenta-se a implantação do empreendimento e infraestruturas previstas pelo projeto em avaliação.



O abastecimento de água ao projeto será efetuado com recurso a seis captações de água subterrânea, uma das pesquisas já foi realizada e demonstrou um caudal de exploração do furo de 10 l/s, este caudal pode vir a sofrer um decréscimo caso se verifique a necessidade de construir mais três captações para minimizar os rebaixamentos, obtendo assim um menor nível hidrodinâmico. De forma, a tornar viável o sistema anti-geada serão construídas duas charcas com 6000 m² cada, garantindo assim dois dias contínuos de proteção do pomar.

Em termos de consumos de água associados ao projeto, estes associam-se a diversos usos cumulativos nomeadamente, consumos de água para rega e anti-geada, assim como para consumo humano e usos complementares, como lavagem de camiões e pulverizador, sendo expectável que os consumos correspondam a um valor na ordem dos 727 117,6 m³/ano.

A rede interna de abastecimento e distribuição de águas será subterrânea, implementada ao longo da estrutura viária, em valas acondicionadas com uma profundidade de 1,2 m, largura de 0,50 m e uma extensão total de 5040 m.

A rede de rega inicia-se a partir do reservatório D1 por uma conduta de PEAD com diâmetro de 250 mm, que na Fase 2 pode vir a ser alimentada pelo reservatório D2 caso se verifique a sua necessidade. Em seguida, segue por condutas principais de PVC com diâmetros entre 63 mm e 250 mm (Desenho n.º 3a) e secundárias de PEBD com diâmetros entre 40 mm e 90 mm (Desenho n.º 3b) e, posteriormente, desenvolve-se a rega gota a gota e, caso se justifique, sistema anti-geada. Assim, os sistemas a implantar serão:

- Rega gota a gota com duas linhas regantes;
- Eventualmente rega anti-geada com uma linha;
- Fertirrega.

O Projeto Agroflorestal LSM localiza-se numa zona não servida por rede pública de drenagem e tratamento de águas residuais. A produção de águas residuais é proveniente do armazém e das casas de apoio agrícola durante a época das colheitas, da zona de lavagem de camiões e pulverizadores junto ao armazém e das águas de drenagem provenientes da zona de abastecimento de combustível agrícola.

As águas residuais provenientes das lavagens dos camiões e dos pulverizadores serão recolhidas em reservatório subterrâneo onde serão decantados os sólidos grosseiros. As águas residuais provenientes da zona de abastecimento de combustível, por conterem óleos serão drenadas para um separador de hidrocarbonetos e posteriormente lançadas na rede interna de drenagem existente. A camada sobrenadante proveniente do separador de hidrocarbonetos será recolhida por empresa da especialidade.

A solução preconizada para as águas residuais domésticas consiste em dois sistemas autónomos de tratamento, um para o armazém e outro para as casas de apoio, constituídos

por fossa séptica bicompartimentada seguida de um órgão de infiltração no solo que complementa o tratamento previamente à infiltração no solo.

O projeto de eletrificação engloba a construção de uma linha de Média Tensão (MT) para alimentar cinco Postos de Transformação (PT) distribuídos na propriedade e uma rede de distribuição de energia elétrica de Baixa Tensão (BT) e respetivas Instalações de Utilização.

A rede de MT particular será alimentada a partir de um Posto de Seccionamento (PS) em cabina pré-fabricada de betão do tipo cabina baixa a ser montado junto à estrada que acede à propriedade e que por sua vez será alimentado a partir da Rede de Distribuição pública da EDP Distribuição, Direção de Rede e Clientes do Sul. A contagem de energia elétrica será feita no PS.

O armazenamento de gasóleo verde para abastecimento das máquinas agrícolas será instalado junto ao armazém e será constituído por reservatório de gasóleo verde de 6 500 L num tanque metálico de eixo horizontal e parede simples, para montagem superficial, construído segundo normas reconhecidas pela legislação, nomeadamente as EN 88512, aplicáveis a tanques para armazenagem de gasóleo.

Será instalado dentro de uma bacia estanque construída em alvenaria e pavimento impermeável, com recolha de drenagem para separador de hidrocarbonetos e capacidade mínima de 50% do total dos volumes armazenados, incluindo os previstos em expansão. Para o efeito a bacia terá uma área de 77,42 m² com comprimento de 9,5 m e largura de 8,15 m e será totalmente impermeabilizada. O reabastecimento do reservatório será realizado em local próprio, exclusivo a esta operação, localizado dentro da bacia de retenção do tanque, sobre pavimento impermeável com recolha e tratamento de derrames através da rede de esgotos oleosos.

O acesso à área de projeto é efetuado a partir da Estrada Nacional n.º 253, que se localiza a cerca de 4,3 km a norte da propriedade e que liga a localidade da Comporta a Alcácer do Sal. A área em questão é ainda servida no seu interior por caminhos de terra batida.

Está previsto que a área de projeto seja ainda servida por uma rede de caminhos secundários, de terra batida que garantem o acesso às infraestruturas de exploração, nomeadamente aos setores de pomares. O perfil tipo destes acessos, caracteriza-se por uma secção transversal de 6 m sem bermas e largura de 16 174 m de comprimento total. No total estes caminhos terão uma área de 9,7 ha e implicam uma movimentação de terras de 19 400 m³, por movimentação de solo para nivelamento e aplicação de material permeável em toda a sua extensão (Tout-Venant) para camada de 20 cm.

A exploração terá uma casa de rega em alvenaria com 1460 m², um armazém de 800 m² e 3 casa de apoio para os trabalhadores de 100 m³ de área bruta e 75 m² de área útil cada uma.

Em termos de postos de trabalho com base numa estimativa previsionial, ainda que com algumas incertezas incontornáveis, prevê-se que sejam gerados 20 postos de trabalho permanentes e 60 no total, no período das colheitas.

Em termos gerais a eficiência da agricultura depende da eficiência do solo, ou seja, um solo com pH neutro consegue mobilizar 100% de fertilizante enquanto, um solo com pH ácido só mobiliza 10% do fertilizante. Com base nos resultados das análises de solos presentes na área de implantação do Projeto Agroflorestal LSM, confirma-se que na área de projeto as características do solo são um forte constrangimento ao desenvolvimento da atividade agrícola, tanto por incapacidade de fixar nutrientes, como por lixiviação para os recursos hídricos.

No solo em questão, o teor de matéria orgânica é baixo, existe risco de erosão, o solo é raso e sem biomassa. Deste modo antes da plantação serão destruídos os cepos com incorporação por gradagem. Prevê-se que na zona da linha de plantação num raio com 1,25 m de largo será aplicado:

- Corretivo mineral - carbonato de cálcio magnésiano;
- Corretivo orgânico – matéria orgânica curtida (10 ton/ha);
- Fosfato (300kg/ha) e Potássio (100kg/ha).

Prevê-se que o Projeto Agroflorestal LSM seja construído, numa única fase e num período de 18 meses, e que a entrada em funcionamento deste seja em 2021.

A intensão de implementação deste projeto, iniciou-se em agosto de 2017, mediante aquisição do terreno, e previsivelmente estará em pleno em janeiro de 2020. O início da construção/implantação está prevista para 2019 ou final de 2018, e está dividido em 4 fases.

Em seguida descreve-se cada uma das fases do projeto:

- **Fase 0 – Projeto de Execução e EIA** – Corresponde ao desenvolvimento do projeto agrícola e ao estudo de impacte ambiental.
- **Fase 1 – Infraestruturação e plantação dos sectores 14, 15, 16, 17 e 18 (intervenção de 37,57 ha com ocupação efetiva de pomares de 21,5 ha)** – Preparação do solo mediante a destruição e integração dos cepos com gradagem superficial. Construção de 3 captações de água subterrânea, um reservatório para armazenamento de água, uma casa de rega, um armazém agrícola que inclui áreas sociais, áreas técnicas e área de apoio agrícola e casas de apoio agrícola. Construção de caminhos, infraestruturação de rega, instalação parcial da rede elétrica, instalação de posto de abastecimento de combustível agrícola e plantação de setores de pomares em 21,5 ha. Nesta fase será também implementada uma zona reservada para testes de variedades de abacate, de forma a verificar as aptidões do solo e a suscetibilidade às variações climáticas.

- **Fase 2 – Infraestruturação e plantação dos setores 1 a 13 (intervenção de 97,21 ha com ocupação efetiva de pomares de 53,9 ha)** - Preparação do solo mediante a destruição e integração dos cepos com gradagem superficial. Construção das restantes 3 + 3 captações de água subterrânea, um reservatório, caminhos, infraestruturação de sistema de rega, instalação de rede elétrica e plantação de setores de pomares em 53,9 ha.
- **Fase 3 – Exploração** – Corresponde à produção anual de pera abacate com ocupação efetiva de 75,4 ha. O plano de adubação durante a exploração corresponde à fertilização em macronutrientes e micronutrientes, essencialmente, através do solo e em micronutrientes aplicado por via foliar. Em termos de fitossanidade em Portugal não estão identificados inimigos para a cultura da pera abacate, pelo que não serão aplicados produtos fitofarmacêuticos, dirigidos a qualquer praga ou doença, sobre a cultura. Após a implementação do pomar e com o decorrer dos anos qualquer praga ou doença que apareça, o que será pouco provável, terá de ser pedida à DGAV uma homologação ou utilização extraordinária de um produto fitofarmacêutico com ação sobre o inimigo. A primeira produção está prevista para 2025 e é expectável que o ano de cruzeiro ocorra em 2027.
- **Fase 4 – Desativação** – Não está prevista, mas corresponde à desativação do projeto. A ocorrer serão removidas todas as infraestruturas e seladas as captações de água subterrânea em conformidade com a legislação aplicável.

5. DESCRIÇÃO DO AMBIENTE AFETADO PELO PROJETO E AVALIAÇÃO DE IMPACTES

A caracterização do ambiente afetado pelo projeto e avaliação de impactos baseou-se numa metodologia que visou e privilegiou amplos contactos com a realidade local e diálogo com os responsáveis pelo projeto nas várias especialidades.

Face à tipologia do projeto em análise, nomeadamente em termos da sua localização, dimensão, intervenções previstas para a zona e da avaliação ambiental efetuada no presente EIA, considerou-se que os fatores ambientais com maior relevância, e neste caso importantes para a decisão da viabilidade ambiental do Projeto Agroflorestal LSM, seriam os seguintes: Ecologia/Biodiversidade, Recursos Hídricos, Ordenamento do Território, Condicionantes, Servidões e Restrições de Utilidade Pública, Socio-economia, Solos e Uso do Solo e Paisagem.

Em seguida apresenta-se uma síntese da análise ambiental, para todos os descritores considerados no EIA.

Em relação ao **Clima**, a área do projeto insere-se numa zona cuja temperatura média anual ronda os 16°C, sendo, agosto o mês mais quente e janeiro o mês mais frio. O período mais húmido verifica-se entre outubro e março, sendo dezembro, geralmente, o mês mais chuvoso. Os ventos de noroeste são os mais frequentes na área.

Em termos de **Alterações Climáticas**, a análise realizada no EIA focou-se na natureza e volume das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), bem como na vulnerabilidade do próprio projeto às alterações climáticas, efetuando-se uma análise dedicada à mitigação e outra dedicada à adaptação do projeto às alterações climáticas.

Os impactos analisados relacionam-se com a presença física do Projeto Agroflorestal LSM e com as emissões de gases de efeito de estufa, sobretudo durante a fase de construção e de exploração. No entanto, estas emissões não terão relevância significativa a nível nacional devido ao seu valor muito diminuto comparativamente a outros setores e atividades.

Quanto à **Geologia, Geomorfologia e Recursos Minerais**, considera-se que os impactos expectáveis relacionam-se, essencialmente com a eventual afetação do substrato geológico nas áreas sujeitas a escavação, ainda que estas sejam pontuais, bem como na alteração da morfologia superficial do terreno associado à construção dos caminhos agrícolas (acessos) e eventuais processos erosivos daí associados.

Mais se acrescenta que, a rede hidrográfica encontra-se pouco desenvolvida em toda a zona em estudo, sendo praticamente inexistente. O local em apreço apresenta uma topografia suave e aplanada. Não se identificou qualquer ocorrência geológica de particular interesse económico ou conservacionista.

Os principais impactes identificados no meio geológico relacionam-se com a fase de construção e decorrem das movimentações de terras necessárias realizar ao nível das fundações para implantação do conjunto de edificações, aberturas de valas subterrâneas para instalação de infraestruturas (cabos elétricos e redes de água) e por modelação do terreno para a criação de caminhos (acessos).

Trata-se em qualquer um dos casos de impactes negativos de magnitude e significância reduzidas, quer pela reduzida dimensão das áreas afetadas, quer pelo reduzido volume de material a movimentar, ao qual se associa uma formação geológica que está largamente representada na região e sem valor patrimonial, científico e onde as alterações na morfologia são pontuais e muito reduzidas, devido ao facto de se tratar de uma zona plana.

Ao nível dos **Recursos Hídricos**, refere-se que o projeto em análise localiza-se geograficamente na Região Hidrográfica (RH) do Sado e Mira (RH6). A área de inserção do projeto enquadra-se na massa de água superficial, da categoria rio, nomeadamente os afluentes do Rio Sado com código 06SAD1240 e 06SAD1241. As áreas das massas de água intersetadas pelo projeto são 4,81% para 06SAD1240 e 4,58% para 06SAD1241. Relativamente à rede hidrográfica, na área do projeto, assinalam-se na carta militar pequenas linhas de escoamento, que apresentam um regime hidrológico temporário e são afluentes do rio Sado.

Ainda, de acordo com a carta militar n.º 476, refere-se que estas pequenas linhas de água, cuja zona de cabeceira se inicia a norte e noroeste da área do projeto e uma outra a sul do projeto e, embora marcada na carta militar, verifica-se, no entanto, com base no reconhecimento de campo realizado (novembro de 2017) que consistem apenas em linhas de escorrência temporária do terreno, sem leito definido sem substrato e estrutura da zona ripícola. Esta linha de água não apresenta rede de monitorização de qualidade e quantidade de água.

Ao nível dos recursos hídricos subterrâneos a área de projeto localiza-se na massa de água da Bacia Tejo-Sado/Margem Esquerda (T3). Esta massa de água tem características de sistema aquífero poroso, e desenvolve-se ao longo de duas regiões hidrográficas, segundo uma área de 6875 km², com maior representatividade na RH do Tejo (5356 km²). Na RH do Sado e do Mira, onde se insere a área de projeto, o sistema aquífero tem uma área de 1519 km².

Quanto aos recursos renováveis não existe consenso para um valor concreto, no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica (PGRH) 2016–2021 (Tejo e Ribeiras do Oeste) foi avaliada uma recarga de 1006 hm³/ano (26% da precipitação média), e consumos avaliados em 350,42 hm³/ano, o que corresponde a uma taxa de exploração de 35%, valor muito inferior ao máximo admissível de 90% definido pela Portaria n.º 1115/2009, de 29 de setembro para que o aquífero não entre em sobre-exploração.

Assim, assumindo a precipitação média anual que ocorre na área de projeto de 600 e 590 mm e uma taxa de recarga a partir da precipitação variável (considerando uma elevada permeabilidade do solo) a recarga média anual toma valores entre 0,34 e 0,68 hm³/ano, o valor disponível para extração na área de projeto pode tomar valores entre 0,11 a 0,56 hm³/ano.

Considera-se que os impactes na fase de construção sobre os recursos hídricos gerados pelo Projeto Agroflorestal LSM são maioritariamente temporários, de magnitude reduzida e pouco significativos. Na fase de exploração o estado quantitativo das massas de água carece de maior atenção, qualitativamente o projeto não apresenta pressão sobre a massa de água, pelo que não expectáveis impactes a assinalar.

Assim, na fase de exploração em termos quantitativos a extração de água para o a rega das plantações e anti-geada do projeto LSM não provoca impactes significativos nos recursos hídricos subterrâneos. O rebaixamento local da superfície piezométrica para o caudal de extração de 10 l/s em contínuo, durante 1 ano, confina-se no geral à propriedade do projeto. A cénarização do rebaixamento é de 45 m. Apesar desta previsão o nível freático do aquífero na propriedade já está a ser monitorizado em contínuo com registo diários da variação dos níveis piezométricos. Este controlo corresponde ao cenário zero antes da implementação do projeto.

Esta descida dos níveis deve ser acompanhada mediante um programa de monitorização do nível freático da massa de água subterrânea conforme definido no EIA.

Relativamente aos aspetos qualitativos não se esperam impactes significativos na qualidade das massas de água superficiais e subterrânea. A sua salvaguarda está associada às práticas adotadas no projeto agroflorestal, estando a sua implementação garantida por auditoria em processo de certificação GlobalG.A.P.

Relativamente à **Qualidade do Ar**, na área de estudo verifica-se que esta é globalmente boa. Constata-se que na zona imediata de implantação do projeto não existem recetores sensíveis e ainda, toda a envolvente apresenta ocupação florestal, o que proporciona um efeito barreira à dispersão de partículas para o exterior da área a intervencionar e, consequentemente de minimização para este recetor sensível existente.

Na envolvente ao projeto não foram identificadas fontes poluentes significativas, a área apresenta características marcadamente rurais.

Os principais impactes ao nível da qualidade do ar na fase de construção do Projeto Agroflorestal LSM estão, essencialmente relacionados com o aumento da concentração de partículas em suspensão, devido à decapagem do solo e movimentação de solos e, da emissão de gases de combustão, resultantes da circulação de veículos e maquinaria, embora tenham um efeito perturbador a nível local, não assumem características de risco para a saúde humana dos recetores mais próximos.

O facto destas ações serem temporárias e dos recetores sensíveis estarem relativamente afastados do local de obra, reduz a significância do impacto, apesar de serem impactes negativos, são pouco significativos e de magnitude reduzida.

Em termos de **Ambiente Sonoro**, verifica-se que a área de inserção do projeto apresenta um ambiente acústico pouco perturbado, cumprindo os limites regulamentares aplicáveis.

Durante a fase de construção ocorrerá um aumento dos níveis de ruído no local de obra e nas suas imediações, essencialmente devido aos trabalhos de limpeza do terreno e desarborização, de escavação, de terraplenagem, de construção das infraestruturas, e ainda à circulação de veículos pesados de transporte de materiais e equipamentos. Considera-se que o impacto será pouco negativo e de magnitude reduzida, uma vez que se tratam de atividades com carácter temporário.

Na fase de exploração serão as emissões sonoras que estão relacionadas com a circulação de veículos, de acesso ao projeto, que merecem um maior destaque como principal fonte sonora. Estima-se que a emissão sonora seja pouco expressiva.

Relativamente à **Ecologia – Fauna, Flora, Vegetação e Biodiversidade**, refere-se que a área de implantação do projeto está totalmente integrada em área de Rede Natura 2000, designadamente no Sítio de Interesse Comunitário da Comporta/Galé.

De um modo geral, a área de estudo apresenta poucas áreas naturais bem conservadas, contudo é nestas áreas que se localizam habitats naturais relevantes do ponto de vista da conservação. Com a análise efetuada pode concluir-se que os principais impactes negativos identificados incidem sobre os habitats naturais presentes e espécies prioritárias para a conservação. A este respeito, saliente-se que com o objetivo de compatibilizar os valores ecológicos presentes com o Projeto, durante o período de recolha e análise de informação ecológica houve uma interação continuada entre a equipa responsável pela componente ecológica do EIA, a equipa responsável pela coordenação do EIA e o Promotor do Projeto. Este processo resultou em alterações ao layout inicialmente previsto que conduziram à redução significativa da área de afetação de valores naturais prioritários e exclusão de áreas de maiores valores ecológicos pela presença de habitats naturais prioritários, ainda que estes se apresentam fortemente degradados.

Uma vez que a área de implantação do projeto tem sido periodicamente sujeita a ações de gestão florestal que envolvem a remoção do subcoberto arbustivo, os valores naturais presentes são escassos. Assim, a implantação do projeto agroflorestal conduzirá à afetação de habitats naturais enquadrados no Anexo B-I do Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8/11, mas por se encontrarem de tal forma degradados, em certos casos considerou-se apenas a sua potencial ocorrência (por não cumprir os parâmetros mínimos para se considerar habitat). Prevê-se assim, a afetação de áreas mistas com os habitats 2330 e 2260 degradado, áreas com presença de matos psamófilos (habitat 2260) e áreas de prados psamófilos (habitat 2330).

As áreas de prados são favoráveis à presença de *Armeria rouyana* e *Santolina impressa*, tendo estas espécies sido observadas durante o trabalho de campo. A espécie *Thymus capitellatus* ocorre de forma dispersa por toda a área de inserção do projeto.

Durante a fase de exploração, a entrada em funcionamento do sistema de rega, representará um impacto pouco significativo, em virtude do reduzido valor e sensibilidade ambiental do fator afetado e da magnitude reduzida avaliada.

Aspetos relacionados com a mortalidade por atropelamento, com a perturbação e com a destruição de habitats durante a fase de construção do projeto agrícola, geram impactos pouco significativos na fauna, dada a escassez de vegetação arbustiva, de corpos de água na área de inserção do projeto e de espécies de carácter prioritário para a conservação.

A presença de culturas frutícolas poderá gerar um efeito contrário do impacto sobre a fauna, tornando-se positivo, por poder atrair espécies frugívoras.

Quanto aos **Solos, Uso e Ocupação do Solo** conclui-se, portanto que as ações de desmatagem provocam desnudamento do solo, tornando-o mais vulnerável aos processos erosivos, podendo este risco ser minorado pela adoção de medidas adequadas.

A aplicação de corretivos no solo da área agrícola desde que adequadamente desenvolvida (com o cuidado de evitar correções excessivas), traduz um impacto positivo significativo, na medida que corroboram para a sua conservação e minimização de processos erosivos, melhoria e valorização do recurso solo, ficando este apto para o uso que lhe estava atribuído, florestal e também agrícola.

A eventual contaminação do solo por poluentes resultantes das atividades de construção poderão igualmente gerar impactos significativos. Contudo, estes impactos poderão ser minimizados mediante o cumprimento das medidas de minimização.

Na fase de exploração, a implementação do regadio e a adoção de práticas agrícolas nestes solos é efetuada com base num sistema de apoio à decisão com monitorização, do solo, pelo que não se espera o aumento da salinização, da alcalinização ou à degradação da estrutura do solo, no entanto se ocorrer será um impacto negativo de magnitude reduzida e pouco significativo.

Em síntese, tomadas as devidas precauções, conforme previsto no âmbito do Projeto Agroflorestal LSM, considera-se globalmente favorável para os solos a rega e a fertilização, na medida em que é valorizado o recurso solo e aumentada a sua capacidade produtiva.

Em termos de **Ordenamento do Território e Condicionantes**, verifica-se que, o Plano Diretor Municipal (PDM) é o principal instrumento de planeamento e gestão do território com carácter regulamentar, de âmbito municipal, na área em estudo. O Projeto Agroflorestal LSM insere-se em áreas não urbanizáveis, unicamente na classe de "*Espaços Florestais de Produção*". Segundo o Regulamento do PDM e carta de ordenamento, a área

de estudo insere-se em solo rustico cuja classificação é compatível com a implantação do Projeto Agroflorestal LSM.

As servidões e restrições de utilidade pública que incidem sobre a área do projeto são as seguintes: Rede Natura 2000 (Sítio de Importância Comunitária Comporta-Galé), Reserva Agrícola Nacional (RAN), Infraestrutura de transformação de energia elétrica e Cursos e Linhas de Água.

Considera-se que nas áreas classificadas como “espaços florestais de produção”, o impacto embora negativo e permanente, não será significativo, uma vez que a área a retirar aos espaços referidos, é pouco significativa e não tem expressão no contexto das áreas totais com esta classificação no concelho de Alcácer do Sal.

Ao nível das Condicionantes e Servidões, verifica-se que os impactos na fase de construção são negativos mas pouco significativos, enquanto na fase de exploração os impactos são maioritariamente positivos, sobretudo no que se refere ao contributo do projeto para a concretização das políticas e objetivos de desenvolvimento territorial.

Quanto aos **Aspetos Socioeconómicos**, este projeto localiza-se numa zona rural do concelho de Alcácer do Sal, que é um dos concelhos com mais baixa densidade populacional no país (inferior a 10 habitantes/km²) e que continua a perder população. O emprego local é sobretudo na área dos serviços (setor terciário), mas verifica-se ainda uma importância grande das atividades agrícolas e uma fraca presença da indústria.

Os impactos negativos associados à fase de construção, são de significado muito reduzido, e estão relacionados com o aumento de tráfego nas vias envolventes e nas circulações locais.

Na fase de exploração de um modo geral estão previstos impactos positivos, estes sentir-se-ão, ainda que com significado reduzido, na criação de emprego e no estímulo das atividades económicas. Em termos de empregabilidade, estima-se que o projeto quando estiver em pleno conte vir a empregar um máximo total de 60 pessoas.

Relativamente ao descritor **Património** não foram identificados elementos a assinalar na área de implantação do Projeto Agroflorestal LSM, pelo que não existem impactos a mencionar.

A implantação de novas áreas agrícolas não origina impactos negativos significativos para a **Paisagem** face às atuais características biofísicas e estéticas da propriedade. Assim, ocorrerá o processo de adaptação da paisagem à nova realidade, resultante da introdução dos novos elementos, nomeadamente espécies frutícolas decorrentes da exploração agroflorestal, também as novas infraestruturas terão uma estratégia de integração e valorização paisagística definida pelo promotor, permitindo minimizar os impactos associados à presença das estruturas artificiais.

Em relação á produção de **Resíduos**, não se identificaram manchas de resíduos nem foram identificados vestígios de contaminação ou presença de substâncias perigosas na área de implantação do projeto. Também não se identificaram edifícios ou estruturas a demolir que possam resultar na produção de resíduos.

Em termos de avaliação de impactes tanto na fase de construção, como na fase de exploração é considerada a ocorrência de impactes negativos. Comparativamente, será na fase de construção que se produzem resíduos de tipologia mais diversificada. De qualquer modo, estes impactes negativos são pouco significativos caso se venham a implementar todas as medidas de minimização propostas no EIA.

Na **Análise dos Riscos** do ambiente sobre o projeto realizada no presente EIA, considerou-se os riscos naturais e os antropogénicos, entendam-se os riscos provenientes de fontes naturais e resultantes da ação do Homem. A caracterização centrou-se nos principais riscos ambientais/naturais, onde foi avaliado a exposição e a resiliência do presente projeto aos mesmos. Verificou-se que o risco natural é, provavelmente, o mais conhecido, mas também o mais temido pela sociedade há mais tempo, dada a falta de capacidade de controlo, imprevisibilidade e consciencialização dos seus efeitos sobre as populações.

Os principais riscos no binómio alta probabilidade/gravidade alta são inexistentes, tendo sido, essencialmente, identificados **riscos de baixa a média gravidade e probabilidade de ocorrência reduzida a nula**, com exceção do risco sísmico que é elevado.

A caracterização da situação atual, ao nível da componente **Saúde Humana** visou caracterizar os níveis de atendimento de saúde na região onde se insere o Projeto Agroflorestal LSM e o respetivo perfil de saúde, tendo em conta a influência de fatores ambientais, em particular a qualidade do ar, a qualidade da água, o clima, o ruído e alterações climáticas, relevantes na saúde humana.

Ao nível da avaliação de impactes verificou-se que a tipologia de projeto em presença não é suscetível de provocar impactes negativos significativos ao nível da saúde humana, embora se prevejam impactes negativos pouco significativos, provocados pelas ações próprias dos processos de desmatção e edificação durante a fase de construção, com emissão de partículas e poluentes com implicações na qualidade do ar e de emissões sonoras com implicações no ambiente sonoro.

6. PRINCIPAIS MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E/OU DE VALORIZAÇÃO

No EIA propõe-se um conjunto de medidas a aplicar nas fases de desenvolvimento do projeto, de construção e de exploração, para evitar, minimizar ou compensar os efeitos negativos decorrentes da implantação do Projeto Agroflorestal LSM.

De entre estas medidas enumeradas no EIA destacam-se as mais importantes:

Fase de Preparação Prévia à Execução das Obras

- Antes do início dos trabalhos, realizar ações de formação e de sensibilização ambiental para os trabalhadores e encarregados envolvidos na execução das obras relativamente às ações suscetíveis de causar impactos ambientais e às medidas de minimização a implementar, designadamente normas e cuidados a ter no decurso dos trabalhos;
- A localização do estaleiro ou outras estruturas de apoio a obra (depósito temporário de materiais ou terras), deve evitar, sempre que possível, a afetação de biótopos com acentuado valor;
- Identificar as zonas de intervenção e recolher todos os valores naturais presentes, para realizar a sementeira;
- O projeto pretende reforçar as características da paisagem na área, através da valorização dos elementos existentes na zona, nomeadamente através das formações vegetais próprias do sítio. Assim, propõe-se no âmbito do que é exposto na Diretiva Habitat valorizar e potenciar o desenvolvimento das espécies importantes do ponto de vista da conservação da natureza (*Armeria rouyana*, *Santolina impressa* e *Thymus capitellatus*) que potencialmente poderão ocorrer na zona. Esta valorização será desencadeada ao nível do presente projeto através da criação de áreas condicionadas e de valorização onde serão criadas sementeiras;
- No presente EIA, atendendo ao conceito de sustentabilidade interiorizado pelo promotor logo numa fase preliminar de desenvolvimento, foram incluídas algumas diretrizes ambientais e efetuada uma referência para a adoção de diversas medidas de sustentabilidade energética e ambiental a adotar, nomeadamente ao nível do uso eficiente da água, eficiência energética, redução de emissões, gestão de resíduos e outras boas práticas ambientais.

Fase de Construção

- Privilegiar o uso de caminhos já existentes para aceder aos locais da obra;
- As intervenções (mobilização do solo e/ou lavoura) que tenham lugar na proximidade das linhas de escoamento que atravessam a área agroflorestal, ainda que estas apresentem um carácter incipiente, de pequena dimensão e regime temporário, deverão ser reduzidas ao mínimo, de forma a garantir a continuidade dos escoamentos, tendo em vista a prevenção de eventuais situações de alagamento de terrenos adjacentes e desorganização da rede de drenagem natural existente;

- Por forma a avaliar e fundamentar adequadamente as características do aquífero local, nomeadamente no que se refere às suas disponibilidades hídricas para rega, refere-se que em simultâneo com a execução das 6+3 captações subterrâneas previstas, recomenda-se a realização de alguns testes e ensaios, designadamente ensaios de caudal em todas as captações, para determinação dos caudais de exploração, rebaixamentos expectáveis, transmissividades, coeficiente de armazenamento, e análises isotópicas em pelos 3 destas captações, para conhecer a idade da água subterrânea em profundidade e estimar de forma mais concreta a taxa de recarga de médio e longo prazo;
- Delimitação clara das zonas onde não haverá intervenção e, portanto, não haverá passagem ou permanência de máquinas, veículos ou pessoas;
- Deverá existir especial cuidado na preservação das áreas condicionadas, devendo o núcleo ser balizado com fita sinalizadora e salvaguardado no decorrer dos trabalhos;
- Deverá proceder-se à correta delimitação e sinalização do acesso à propriedade, no sentido de evitar a ocorrência de acidentes;
- Manter a vigilância e o material necessário à prevenção e ao combate de incêndios durante a fase de construção. Deve ainda ser cumprido o disposto na Lei nº 76/2017 de 17 de agosto, tomando todas as medidas e ações de forma a reduzir o risco de incêndio;
- Deverá promover-se o recurso a mão-de-obra/serviços de empresas locais;
- Define-se a medida genérica de acompanhamento arqueológico de obra;
- Implementação do Plano de Gestão de Resíduos;
- O restabelecimento da envolvente afetada deverá ser realizada após a conclusão das obras, recorrendo exclusivamente a flora autóctone da região.

Fase de Exploração

- Prevê a implementação de um sistema de gestão e controlo de rega, baseado num posto meteorológico e de sondas de medição do teor de humidade e de lixiviação no solo. Este sistema permite realizar o ajuste em tempo real da rega às condições climáticas existentes, promovendo uma distribuição mais equilibrada da água, acautelando-se desta forma a formação e individualização de zonas preferenciais de encharcamento na propriedade, condição que, a verificar-se inviabiliza o desenvolvimento das plantações;
- Prevê o registo e monitorização das intervenções na unidade de gestão (seção-pomar), nomeadamente de aplicação composto, corretivos do solo, fertilizantes, fitofármacos, quantidade de água introduzida no solo e registo dos níveis piezométricos em cada captação. Este registo está disponível e deve servir tanto quanto possível para estimar e aferir custos ambientais. Assim, com base nas análises de: solos, análise da qualidade da água de rega e ainda da resultante do acompanhamento dos níveis nas captações subterrâneas, serão construídos mapas da evolução da qualidade da água/conductividade elétrica do solo;

- A quantidade de fertilizantes a aplicar dá-se na fase de plantação, na zona da linha de plantação, no canteiro num raio com 1,25 m de largo e será aplicado carbonato de cálcio magnesiano, matéria orgânica curtida ou composto, fosfato e potássio. A adubação no ciclo de produção, ou seja a quantidade de nutrientes a aplicar ao solo e ou por via foliar dependerá dos resultados das análises efetuadas no âmbito do processo de certificação, sendo estas ao nível do solo, foliar e água de rega;
- O Projeto Agroflorestal LSM deverá possuir um registo rigoroso e sempre atualizado das quantidades e dos períodos de aplicação de adubos e fertilizantes;
- Os fitofármacos (caso sejam utilizados) serão devidamente acondicionados e armazenados nos armazéns existentes na propriedade, sendo rigorosamente cumpridas as normas indicadas pelos produtos para o seu manuseamento;
- Durante a fase de exploração devem ser acautelados os problemas de salinização ou alcalinização dos solos desde o início do regadio, para se evitarem problemas futuros com reduções de rendimento agroflorestal. É, assim, de primordial importância a consciência do produtor para a necessidade de lavagem periódica dos solos. De igual modo, é fundamental a monitorização contínua da qualidade da água de rega e do teor de alcalinização e salinização dos solos. Só assim se poderá evitar problemas relacionados com a salinização e alcalinização dos solos, como sejam, a toxicidade para as plantas, a alteração da estrutura do solo, o aumento do uso de fertilizantes ou a perda de produtividade, com redução dos lucros para o produtor agroflorestal.
- Recomenda-se que seja dada prioridade ao mercado local de emprego, no recrutamento de trabalhadores;
- O Plano de Gestão de Resíduos deverá garantir a triagem, acondicionamento, e encaminhamento dos resíduos produzidos a destino final licenciado, de acordo com a sua classificação;
- Manter o controlo de espécies invasoras e controlo fitossanitário, conforme estabelecido no PMDFCI de Alcácer do Sal;
- Realização de programas de monitorização no âmbito dos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos – qualidade da água e piezometria), Solos e da Flora e Vegetação.

7. SÍNTESE CONCLUSIVA

Da avaliação efetuada no EIA sobre o Projeto Agroflorestal LSM, refere-se que na generalidade dos descritores ambientais, os impactes negativos resultantes da construção e da exploração do projeto são pouco significativos a significativos.

No caso em estudo, o Projeto Agroflorestal LSM, desde a fase inicial de desenvolvimento do projeto, mostrou logo uma preocupação com o meio ambiente, tendo definido soluções otimizadas do ponto de vista de arquitetura (desenho final do projeto), que tendem a melhorar a integração do projeto com o meio envolvente, em especial com os valores naturais e, que permitem reduzir eventuais impactes negativos mais significativos, decorrentes da implantação deste tipo de projetos.

Conforme foi identificado ao longo do EIA, o presente projeto será também responsável por alguns impactes positivos. Saliente-se que o projeto se encontra alinhado com os objetivos estratégicos para a região definidos nos instrumentos de gestão territorial e planos estratégicos que apontam para a promoção agroflorestal da região.

Estes impactes estão igualmente associados, à criação de emprego e valorização de mão-de-obra local, mas também à possibilidade de promover uma dinamização da economia local, não só por via da atividade que desenvolverá, como na potenciação e estímulo de outras atividades económicas indiretas existentes na região.

Este projeto implica um volume de investimento significativo, na ordem dos 6M€, e deverá assegurar em exploração a criação de um número de 20 postos de trabalho permanente, que durante a época das colheitas ascenderá a 60.

No entanto, um projeto desta tipologia é inevitavelmente indutor de alguns impactes negativos (mesmo que pouco significativos) durante as fases de construção e exploração do mesmo. Apesar dos impactes negativos identificados, considera-se que os mesmos não serão suscetíveis de comprometer a implementação do projeto em apreço, dada a pouca relevância que os impactes apresentam.

De forma complementar, e reforçando ainda as disposições previstas no âmbito do projeto de execução, o EIA definiu medidas de mitigação de impactes negativos para as fases de implantação/construção e de exploração, medidas de valorização (em especial sobre os impactes ao nível dos sistemas ecológicos – flora e vegetação), medidas de potenciação de impactes positivos e a realização de programas de monitorização no âmbito dos recursos hídricos (qualidade da água e piezometria), solos e da flora e vegetação.

Em suma, considerando todos os descritores ambientais analisados no EIA, considera-se que o Projeto Agroflorestal LSM é **ambientalmente viável**, apresentando-se mesmo como uma mais-valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal.